



AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O PROCESSO DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NOS ESTADOS DA PARAÍBA E DE PERNAMBUCO

Carlos Augusto de Amorim Cardoso
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
caugusto@ce.ufpb.br

INTRODUÇÃO

A pesquisa integra o projeto *Grandes Infraestruturas Urbanas, Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: Reconfigurando as relações entre as Cidades Médias, as Cidades Pequenas e o Campo*, no segundo ano de execução. Nesses dois anos foram priorizadas as reuniões de pesquisadores e discentes com o objetivo aferir metodologia de pesquisa mais adequada; articulando com as missões de trabalho, os trabalhos de campo e os estágios discentes. A temática da pesquisa é a problemática habitacional nas cidades brasileiras que está associada ao rápido e recente crescimento populacional, estimulados pelas políticas de expansão do ensino superior.

OBJETIVOS

Mudanças globais recentes na sociedade, como o regime de acumulação vigente, têm contribuído para uma nova funcionalidade da estrutura espacial. Nas cidades, onde são tomadas as decisões para a realização da produção através da circulação e do consumo, estão concentradas atividades de produção e prestação de serviços voltados a reprodução do capital e da própria sociedade, já que existe a difusão de novos hábitos de consumo.

As cidades de Campina Grande, Patos (PB) e Caruaru (PE) têm entre os seus papéis, o de concentrar e ofertar determinados bens e serviços. Nessa oferta, a diferenciação gera uma hierarquia entre os centros urbanos, que se relacionam entre si constituindo redes urbanas, incluindo cidades pequenas e médias.



Comandados pela centralidade das cidades médias, na oferta de bens e serviços de caráter social, como a saúde e a educação, novos arranjos espaciais configuram-se, ampliando as regiões de influência com o acesso à parcela da população que tinha seu consumo limitado pela distância social e espacial das grandes cidades.

Isso aconteceu em razão da política do Estado brasileiro, que criou novas Instituições de Ensino Superior (IES), novos campi das instituições já existentes e novos cursos. Na última década, essa política se tornou efetiva e eficaz com Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) – instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Esse programa do governo federal teve como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência do discente, com o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país, tornando possível a conquista da educação superior sem a necessidade de migrar para as grandes cidades, exigindo despesas maiores com deslocamento diário e/ou moradia.

Outro dos objetivos da pesquisa é de analisar os efeitos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) na expansão urbana, nas desigualdades socioespaciais e no mercado imobiliário na cidade de Campina Grande, Patos (PB) e Caruaru (PE). A pesquisa busca levantar, analisar e mapear os dados e informações da produção imobiliária do PMCMV; identificar e analisar anúncios em jornais locais e estaduais de imóveis inseridos no PMCMV; identificar as áreas com maior e menor oferta e valorização imobiliária, assim como o padrão de ocupação dos diferentes segmentos socioeconômicos; localizar e identificar as áreas com problemas habitacionais na cidade.

Aliados aos indicadores da habitação, induzindo formas e estruturas modernas, a educação, ou a educação superior, nas cidades acima, se apresentava de maneira concentrada, com poucos investimentos. Diante desse contexto, no ano de 2003, as políticas ligadas à educação visaram uma expansão de unidades, com criação e facilitação do acesso ao ensino superior, com criação de universidades e melhoria no acesso à educação técnica profissionalizante.

A proposta de governo denominada de “uma escola do tamanho do Brasil”, já apresentava como um dos principais objetivos a expansão de vagas do ensino superior,



especialmente da educação pública. No programa de governo já se apresentava de forma clara os objetivos para a educação superior no país.

A política educacional de ampliação do acesso à rede superior e técnica de ensino a partir da expansão das instituições foi um processo que se efetivou de forma mais notável no período de 2003 a 2010. A política educacional de expansão do ensino técnico e superior visa à descentralização das unidades de ensino, até então muito concentradas nos grandes centros urbanos. Várias cidades de porte médio foram beneficiadas com essa política de descentralização por possuírem várias outras cidades de pequeno porte em seu entorno, o que permitiu que uma gama de pessoas passasse a ter acesso a um ensino educacional público sem o deslocamento para as grandes cidades, geralmente as capitais. Numa fase posterior, entre 2007-2010, o lançamento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e seus principais objetivos; “garantir as universidades as condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior; assegurar a qualidade por meio de inovações acadêmicas; promover a articulação entre os diferentes níveis de ensino, integrando a graduação, a pós-graduação, a educação básica e a educação profissional e tecnológica; e otimizar o aproveitamento dos recursos humanos e da infraestrutura das instituições federais de educação superior” (MEC, 2009 p. 3).

É importante destacar que, o REUNI é também uma proposta de atender às diversas reivindicações de várias entidades, dentre as quais destacamos a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN); a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras (Fasubra); e a União Nacional dos Estudantes (UNE). Todas essas entidades tinham como principal objetivo a ampliação das vagas de ensino público. (MEC, 2012).

METODOLOGIA

A busca bibliográfica sobre a pesquisa de “políticas habitacionais no Brasil”, “desigualdades socioespaciais” e a busca de informações referentes a expansão do ensino superior e da produção habitacional tem sido um dos procedimentos constante,



debatido e realizado. Podemos exemplificar informações e dados referentes ao PMCMV em Caruaru, ofertados na Secretaria de Urbanização (URB), na Secretaria de Ação Social da cidade de Caruaru, na construtora Vianna & Moura e por meio de base de dados fornecidos no Ministério das Cidades sobre o PMCMV em Caruaru. Para a captação de anúncios de imóveis do PMCMV em jornais, foram utilizados principalmente jornais locais e sites de imobiliárias, em que foram encontrados anúncios de aluguéis de casas de diversos conjuntos habitacionais.

Além das pesquisas bibliográfica e documental - incluindo-se nestes conjuntos a hemeroteca - foram de fundamental importância a realização da pesquisa empírica, realizada em momentos diversos com visitas aos conjuntos habitacionais implementados pelo PMCMV . O procedimento metodológico da pesquisa pauta-se tanto nos levantamentos empíricos e documentais, quanto em pesquisa de material jornalístico para avaliação da dinâmica urbana.

O trabalho de campo destaca-se nos relatórios e inúmeros artigos, textos, teses e dissertações, nas cidades escolhidas pela equipe da Universidade Federal da Paraíba: Patos-PB; Campina Grande – PB e Caruaru – PE. Os trabalhos de campo tiveram o objetivo de a) colher informações na prefeituras sobre a aprovação dos conjuntos habitacionais; b) solicitar material documental – plano diretor; código de urbanismo; mapas; bases cartográficas nas secretarias de planejamento dos referidos municípios; c) reconhecimento da área com visita aos loteamentos, aos conjuntos habitacionais já construídos e em construção com financiamento do Programa Minha Casa Minha Vida; d) visita às instituições federais de ensino superior para primeiro reconhecimento e coleta de informações; f) Aplicação de questionários em dois conjuntos habitacionais escolhidos na cidade de Caruaru – PE e na cidade de Patos – PB. Trabalhos de campo em Campina Grande; visitas às instituições de ensino superior e à Prefeitura. Em Patos, aplicação de questionários em dois conjuntos habitacionais e em Caruaru, reconhecimento da cidade, visita às instituições de ensino superior, Prefeitura Municipal e feira local. Os trabalhos de campo nas cidades de Campos e Resende serão relatado pela equipe da UERJ.

Na oportunidade do trabalho de campo na cidade de Caruaru, a Feira de Caruaru foi objeto de visita e levantados dados sobre diferentes setores, ocupação da área, o



posicionamento da feira e sua organização. O destaque é extrema divisão de produtos e oposição entre comerciantes locais e externos. O levantamento dos estabelecimentos nas ruas comerciais com o objetivo de mapear padrão tipo e ramo do comércio/serviço do estabelecimento.

RESULTADOS

Assim como as políticas habitacionais anteriores, o PMCMV também segue a lógica do mercado, já que as tomadas de decisões são realizadas pelo setor privado, ou seja, o local de construção dos conjuntos habitacionais e o projeto de execução dos mesmos são determinados e feitos pelas empreiteiras, havendo, desta forma, um excesso de importância dado ao setor privado na produção habitacional.

Deste modo, percebe-se que as políticas de provimento habitacional para as classes de renda baixa e média da população, historicamente, estiveram sob o protagonismo da produção do setor privado e dominadas pelo mesmo, fazendo com que as unidades habitacionais produzidas fossem concebidas como mercadorias, cujo acesso está e esteve sempre vinculado a capacidade de pagar do morador.

A pesquisa permitiu expor a produção do espaço urbano na cidade de Caruaru, a partir da implementação de conjuntos habitacionais vinculados ao Programa Minha Casa Minha Vida, buscando mostrar a disposição espacial dos conjuntos, problematizar a questão do provimento habitacional por meio das políticas habitacionais no Brasil, utilizando para isso referências bibliográficas, a pesquisa documental, a pesquisa empírica com a aplicação de questionários juntos aos beneficiados do Programa.

Como pôde-se perceber, a produção habitacional a partir do PMCMV em Caruaru segue a lógica rentista e assemelha-se à produção habitacional de outras cidades beneficiadas pelo Programa, favorecendo à periferização da população beneficiada, conseqüentemente, a expansão do espaço urbano sem a adequada infraestrutura e acesso a serviços urbanos fundamentais além do favorecimento à construção de habitações de mercado diante a ausência do poder público na tomada de decisão e, por fim, contribuindo para a diferenciação socioespacial.



Pode-se afirmar ainda que, em decorrência da maior produção para a faixa intermediária de renda o mercado imobiliário se dinamizou consideravelmente, com aumento do número de alugueis na periferia – com preços a depender das melhorias realizadas nas habitações, assim como do bairro etc. –, venda de imóveis construídos pelo PMCMV. Tal dinamização do mercado, como se sabe, ocorreu não só pela construção de habitações para a faixa de renda 2, mas também pela ocupação de áreas vazias e aumento da oferta de moradias nas áreas periféricas.

Embora tenhamos alcançado os objetivos propostos, a problemática estudada demanda a continuidade dos estudos na cidade de Caruaru, tendo em vista a intensidade das transformações promovidas no espaço urbano, no mercado imobiliário e nas desigualdades socioespaciais a partir da implementação do PMCMV.

O processo de urbanização brasileira, marcado no final do século XX por uma reestruturação urbana e regionais resultantes da descentralização industrial, da difusão cada vez maior de comércios e serviços especializados e da reconfiguração das relações cidade-campo com a expansão das atividades ligadas ao agronegócio, agora passa por um novo momento em que se observa um padrão de acumulação de capital baseada nas finanças especulativas, como aponta Paiva (2007), em que se impõe o comando do capital financeiro internacional.

Sobre a capacidade do capitalismo de criar novas oportunidades de reprodução e acumulação do capital, David Harvey (2005) destaca um elemento fundamental: a expansão geográfica. Diante disso, corroboramos Carlos (2011) ao afirmar que tendo o espaço como seu elemento determinante, a acumulação realiza-se em outras escalas além do plano global, portanto, também na escala da cidade.

Diante disso, é possível entendermos a complexidade que configura o atual momento do processo de urbanização no Brasil, em que no movimento de reprodução e expansão capitalista têm se destacado não só as metrópoles e grandes cidades, mas também as cidades médias, posto que estas também têm se constituído como espaços promissores nesse movimento. Assim sendo, faz-se cada vez mais importante que os estudos urbanos se voltem também para os espaços não metropolitanos, pois, como questiona Sobarzo (2008, p.270): será que o que acontece nas chamadas cidades médias ou pequenas não nos auxilia ou complementa a compreensão do urbano hoje? Nesse



sentido, vê-se um número crescente de pesquisas direcionadas para as cidades médias, sejam no campo dos estudos regionais, sejam com foco na produção do espaço intraurbano dentre outras abordagens.

Contudo, sabendo que apesar da presença de Instituições de Ensino Superior (IES) ser um fator relevante para a vinda de consumidores desses novos espaços, supúnhamos haver outros determinantes para esses processos, é quando chegamos aos programas federais de urbanização e habitação, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que compõem a atual Política Nacional de Habitação (PNH), bem como às suas implicações socioespaciais no espaço urbano.

Nesse contexto, presencia-se uma acelerada expansão de investimentos imobiliários por todo o país, marcada por uma gradual associação entre capital imobiliário e capital financeiro favorecida pelas garantias de crédito, segurança no mercado e pelo aumento de investimentos de grupos internacionais. Observa-se que além das metrópoles, as cidades de menor porte também passam a atrair esses investimentos cada vez mais.

Concomitante ao cenário descrito, observa-se um crescimento de empresas e de investimentos no mercado imobiliário, inclusive com a vinda de incorporadoras e construtoras da capital estadual, João Pessoa, e da capital Pernambucana, Recife.

É nessa conjuntura que se configuram as transformações pelo qual tem passado o espaço urbano e percebe-se a produção desigual desse espaço através da articulação entre os agentes; o Estado e o mercado imobiliário em diversas escalas espaciais. Nesse movimento produz-se um espaço intraurbano marcado por intensas desigualdades socioespaciais, acentuando a distância social entre a periferia pobre e a periferia rica.

Assim, discute-se no decorrer deste trabalho processos como periferização da cidade e produção desigual do espaço, bem como a relação do Estado com a reprodução e acumulação do capital através da produção habitacional, visto que esta possui uma importância quantitativa na configuração do espaço urbano já que o uso residencial é predominante na cidade, e também uma importância qualitativa a medida que a habitação se constitui, dentre outros aspectos, como um fato social e uma fonte de conflito e de barganha entre os diversos grupos de poder.



Vale salientar que a pesquisa documental, por sua vez, nos possibilitou a obtenção de dados estatísticos e informações e de um material cartográfico que nos aproximou ainda mais da área de estudo, subsidiando a caracterização e contextualização mais completa da mesma. Contudo, foram muitas as dificuldades de acesso a esse acervo, das quais as principais foram a burocracia dos órgãos públicos e a desarticulação entre os mesmos, o que tornou essa etapa da pesquisa bastante fragmentada e dispendiosa no que diz respeito ao tempo de sua realização.

O conjunto de informações e dados reunido a partir da metodologia acima descrita nos forneceu subsídios para alcançar os objetivos específicos e conseqüentemente o objetivo geral desta pesquisa. Entendemos que se tratando de analisar o processo de produção do espaço urbano na diversidade e na complexidade.

Dentre os principais resultados alcançados conforme os objetivos traçados destacam-se:

i) Levantamento de dados e informações nas cidades pesquisadas: Campina Grande e Patos (PB); Caruaru (PE); Campos (RJ). As três primeiras estão sob a responsabilidade da equipe UFPB e a quarta está sob a responsabilidade da equipe UERJ. Nas visitas às cidades foram feitas pesquisas nas instituições de gestão municipal; nas construtoras locais responsáveis pelas construções dos conjuntos e condomínios habitacionais financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida; nas Instituições de Ensino Superior; nos Arquivos Municipais e nas sedes dos Jornais Locais. Além disso, o que mais demandou visitas às cidades foi o levantamento de dados e informações utilizando os instrumentos de coleta - questionários e formulários de entrevistas - nos conjuntos e condomínios habitacionais eleitos para a pesquisa qualitativa. Foram aplicados 56 questionários no Conjunto Juiz Demóstenes Veras; 30 no Conjunto Habitacional Alto do Moura; 56 no Conjunto Habitacional Vila Andorinha II na cidade de Caruaru. Na cidade de Patos foram aplicados 95 questionários no Residencial Vista da Serra I. Todos estes conjuntos já foram entregues aos moradores. Além deste levantamento empírico foram visitados canteiros de obras de outros conjuntos habitacionais que estão em fase de acabamento e com previsão de entrega até 2016. Nas cidades de Campina Grande e Patos na PB e em Caruaru – PE fez-se levantamento de dados na página eletrônica do IBGE, particularmente CNEFE e alguns dados foram conferidos em *loco* especialmente no que se refere ao comércio e serviço.



ii) Realizou-se em janeiro missão docência na UERJ e no mesmo período fez-se o trabalho de campo na cidade de Campos – RJ. Esta visita foi acompanhada da equipe da UERJ e possibilitou a visualização de outra realidade estudada pelo equipe. Durante a Missão Docência foi ministrado curso concentrado: Cidade e o Urbano: Geografia Histórica e Morfologia com carga horária 30hs pela Profa. Dra. Doralice Sátyro Maia no período de 14 a 16 de janeiro de 2015 referente ao período 2014-2.

iii) Missões de estudo na UNESP – Presidente Prudente, uma doutoranda e duas mestrandas (total de 3). Além de assistirem aulas presenciais, as pós-graduandas fizeram levantamento de dados referente ao Banco de Dados do Programa Minha Casa Minha Vida fornecido pelo Ministério das Cidades ao CEMESPP (Centro de Estudos e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas) coordenado pelo prof. Dr. Everaldo Melazzo e na sede da ReCiMe (Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias). A supervisão de tais missões foi da Profa. Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito.

iv) Conforme previsto no projeto, os recursos foram utilizados para a participação em eventos nacionais: a) Encontro Nacional sobre Cidades Médias na cidade do Rio de Janeiro com participação na comissão científica e como participantes duas mestrandas; b) Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional - ENANPUR na cidade de Belo Horizonte – MG onde se apresentou resultado parcial do projeto na Sessão Livre que teve como temática central a Urbanização Dispersa; c) Simpósio Nacional de Geografia Urbana – SIMPURB – comissão científica e apresentação de trabalhos d) Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia – comissão científica e apresentação de trabalhos. No mesmo sentido foi apresentado trabalho em evento internacional ICA (International Congresso of Americanists) na cidade de San Salvador em El Salvador – cujo texto foi publicado em livro. O texto exigiu correção ortográfica e gramatical e tradução. Caminhada pelo Centro Histórico - conversa com o Professor de História Josué Euzébio, especialista na História de Caruaru (ainda é preciso confirmar se ele tem disponibilidade)

BIBLIOGRAFIA



- ALONSO K. M. Expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1319-1335, out.-dez. 2010. p. 1319-1335.
- ANDIFES. Programa de Expansão, Excelência e Internacionalização das Universidades Federais. 2012. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1360930928PEEXIU.pdf. Acesso em: Março/2014
- BARREYRO, G. B; ROTHEN, J. C. Reformas e avaliação da educação superior no Brasil (1995-2009). In: PAULA, M. F. C LAMARRA, N. F. (Orgs.) Reformas e democratização da educação superior no Brasil e na América Latina. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2011 pp. 297/317.
- BONDUKI, N. Do Projeto Moradia ao Programa Minha Casa Minha Vida. In: Teoria e Debate. Edição 82, São Paulo, maio-jun, 2009. Acesso em: abril de 2015. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/?q=materias/nacional/do-projeto-moradia-ao-programa-minha-casa-minha-vida>>
- BRASIL. Ministério da Educação. Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012. Brasília, 2012.
- _____. Ministério da Educação. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano. Brasília, 2009.
- _____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DOU, 23/12/1996.
- _____. Ministério da Educação. Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica. Brasília 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/expansao_plano.pdf. Acesso em: Junho/2014
- BRASIL. Lei 11.977 de 7 de julho de 2009. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/817925/lei11977-09>
- CARDOSO, L.A (org.). O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. 322p.
- CARUARU (município). Lei nº 2454 de 28 de janeiro de 1977. Institui o Código de Urbanismo, Obras e Posturas do Município de Caruaru, suas normas ordenadoras e disciplinadoras, e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Caruaru.
- DRUHAM, E. R. Educação superior, pública e privada (1808-2000). In: BROCK, C; SCHWARTZMAN, S. (Orgs.) Os desafios da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005 pp. 197-240.
- FÁVERO, M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, n. 28, 2006. Editora UFPR p. 17-36.
- GONÇALVES, J.C. A Especulação Imobiliária na Formação de Loteamentos Urbanos: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado). 2002. 139f. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.
- IDEMA. Perfil do Rio Grande do Norte. Disponível em: <http://www.seplan.rn.gov.br/arquivos/download/PERFIL%20DO%20RN.pdf>. Acesso em: Julho/2014.
- ILIBRANTE, J. A reforma da educação superior nos governos FHC e Lula e a formação para a cidadania. Curitiba: Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Tuiuti do Paraná, 2008.



- LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003. P. 129-221
- LIMA, Y.S. A Política Habitacional em Campina Grande – PB (1988-2009). Dissertação (Mestrado). 2010. 114f. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba.
- LUCENA, W.G. A Produção do Espaço Urbano na Cidade de Patos/PB: do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida. Dissertação (Mestrado). 2014. 193f. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba.
- LUCHMANN, J. C. Políticas públicas para o ensino superior no Brasil (1994-2006): ruptura e continuidade entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2007/anaisEvento/arquivos/CI-147-01.pdf>. Acesso em: Junho/2014.
- MARICATO, E. Brasil, cidades – alternativas para a crise urbana. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 204p.
- MARICATO, E. O impasse da política urbana no Brasil. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 214p.
- MELO, P, A. Políticas de expansão e interiorização da educação superior no Brasil. In: PAULA, M. F. C; LAMARRA, N. F. (Orgs.) Reformas e democratização da educação superior no Brasil e na América Latina. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2011 pp. 245-275.
- MENDONÇA, J.P; COSTA, H.S.M (orgs.). Estado e Capital Imobiliário: Convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: C/ Arte, 2011. 350p.
- NOGUEIRA, J.S. Políticas Públicas de Habitação no Brasil: Uma análise do Programa de Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários no Município de Santo Antônio de Jesus/BA. 2010. Monografia. Faculdade Adventista da Bahia.
- OTRANTO, Celia Regina. Criação e implantação dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia – IFETs. Revista RETTA (PPGEA/UFRRJ), Ano I, nº1, jan-jun 2010, p. 89-110.
- PACHECO, E. Os institutos federais Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica. 2010. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/editora/livros-em-pdf/os-intitutos-federais>. Acesso Julho/2014.
- RODRIGUES, A.M. Moradia nas Cidades Brasileiras. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2014. 72p.